
Internet – da democratização à desinformação: novas discussões para a interface Comunicação e Educação¹

Cláudia Maria Moraes BREDARIOLI²
Cicélia Pincer BATISTA³
ESPM, São Paulo, SP

RESUMO

O artigo se propõe a discutir sobre a relação entre as redes sociais digitais e seu impacto na democracia, a fim de reforçar o papel de programas de educação midiática na cidadania contemporânea. São consideradas as promessas não concretizadas de sociedades em rede mais democráticas; aborda-se o cenário de pós-verdade, disseminação e proliferação de desinformação, que tomou conta das sociedades democráticas; e tematiza-se o desdobramento deste cenário no espaço da sala de aula, problematizando a educação midiática, diante dessas novas práticas de consumo e de comportamento dos nativos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; educação; *fake news*; consumo

Introdução

“A democracia está se afundando nas *fake news*”, conclui Evgeny Morozov (2018, p. 182) ao final de seu livro *Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Passados mais de 60 anos desde o início das pesquisas para transferência de dados entre computadores – que foram a base para o desenvolvimento da internet como a conhecemos hoje –, descortina-se um cenário que tem confirmado a transformação do potencial utópico de construção de uma sociedade mais democrática por meio da rede em uma realidade perpassada pela disseminação de discurso de ódio e proliferação da desinformação.

Após duas décadas de utopismo digital, marcadas pela adoção incondicional das últimas vogas de Palo Alto e Shenzhen, o mundo enfim entrou numa era de sobriedade digital. As plataformas tecnológicas globais deixaram de ser vistas como companheiras inofensivas e invisíveis empenhadas em amenizar, ou mesmo eliminar as arestas da existência cotidiana – sempre em nome de um compartilhamento descomplicado e de uma transparência universal. Agora tais plataformas são cada vez mais percebidas como um bloco poderoso, com

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação no XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, com ênfase em Comunicação e Educação, professora do curso de Jornalismo da ESPM-SP. e-mail: claudia.bredarioli@espm.br.

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, professora do curso de Jornalismo da ESPM-SP. e-mail: cicelia.batista@espm.br.

interesses mercantis ocultos e projetos de dominação do mundo. (MOROZOV, 2018, p. 7)

Nessa era que fomenta essa tal sobriedade digital discutida por Morozov, compreensões relacionadas à cibercultura (Pierre Lévy), à sociedade em rede (Manuel Castells) ou à cultura da convergência (Henry Jenkins) necessitam ser revistas a partir de questões como a construção da pós-verdade – quando as convicções passam a ocupar o espaço das evidências e provas –, ou como a velocidade e a facilidade por meio das quais se disseminam as *fake news* – e isso acontece principalmente porque o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2020) de hoje faz com que seja altamente rentável (veja o Google e o Meta) produzir e compartilhar narrativas falsas que atraem cliques.

Sob a perspectiva da interface Comunicação-Educação, esse panorama tem se refletido na inserção de novas práticas e mediações educacionais no espaço da sala de aula, compondo um cotidiano escolar a partir do qual a participação dos dispositivos móveis se torna inerente, especialmente porque o consumo ganha outros sentidos e dimensões no panorama atual.

Há, contudo, que se considerar que o processo de inserção dos educandos – leia-se, dos cidadãos, de forma geral - nas redes envolve duas necessidades técnicas, conforme Lévy (1999): a material - que pressupõe o acesso físico a dispositivos de qualidade e a uma boa condição de navegabilidade, por exemplo -, expondo as fragilidades de um país que se destaca pela desigualdade social; e, ainda mais complexa, a intelectual - que exige a capacidade de leitura crítica e compreensão dos meios para apreensão e remixagem desses conteúdos, em prol de uma cidadania efetiva. Podemos, assim, considerar a perspectiva freiriana de que a capacidade de os cidadãos atuarem na rede (e consequentemente na sociedade) e apreenderem o potencial de uso desse espaço virtual seria um dos processos centrais para que, neste mundo contemporâneo, o homem consiga alcançar sua condição de “ser da práxis, da ação e da reflexão” (FREIRE; GUIMARÃES, 2014). Ou ainda que:

No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (FREIRE, 2014, p.27)

Isso posto, compreende-se o porquê de o aumento no acesso a tecnologia não vir se traduzindo, diretamente, em mais educação midiática dos jovens. Essa conclusão foi apresentada pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

em seminário virtual em maio de 2021, com base no relatório *Leitores do Século 21 - Desenvolvendo Habilidades de Alfabetização em um Mundo Digital*⁴. A familiaridade dos adolescentes atuais com a tecnologia, que, até há poucos anos, fizeram deles nativos digitais (conforme Prensky, 2001), não os torna automaticamente habilitados para compreender, distinguir e usar de modo eficiente o conhecimento disponível na internet. Poucos anos depois do início da chamada revolução digital, já podemos falar em uma nova geração: a dos nativos sociais.

Kirsten Eddy, pesquisadora de pós-doutorado em notícias digitais no Reuters Institute for the Study of Journalism – no artigo *A mudança de hábitos de notícias e atitudes do público mais jovem*, que acompanha o *Digital News Report 2022*, do mesmo Reuters Institute, em convênio com a Oxford University – explica a diferença: enquanto os nativos sociais (com faixa etária entre 18 e 24 anos) cresceram em grande parte no mundo da web social e participativa, os nativos digitais (entre 25 e 34 anos) cresceram em grande parte na era da informação, mas antes da ascensão das redes sociais.

Dentre as diferenças que caracterizaram o consumo de notícias e o comportamento dessas camadas mais jovens, a pesquisadora afirma:

À medida que os nativos sociais desviam sua atenção do Facebook (ou, em muitos casos, nunca realmente começam a usá-lo), plataformas mais focadas visualmente, como Instagram, TikTok e YouTube, tornaram-se cada vez mais populares para notícias entre esse grupo. O uso do TikTok para notícias aumentou cinco vezes entre pessoas de 18 a 24 anos em todos os mercados em apenas três anos, de 3% em 2020 para 15% em 2022, enquanto o YouTube é cada vez mais popular entre os jovens na Europa Oriental, Ásia-Pacífico e América Latina. (EDDY, 2022, online)

Contudo, Kirsten Eddy destaca o fato de que os jovens também optam cada vez mais por evitar as notícias, com decréscimo nos índices de confiança e aumento substancial na evasão seletiva de notícias entre os nativos sociais. “Em todos os mercados, cerca de quatro em dez pessoas com menos de 35 anos frequentemente ou às vezes evitam as notícias agora, em comparação com um terço (36%) daqueles com 35 anos ou mais” (EDDY, 2022, online).

Dentre os fatores que explicam a baixa confiabilidade e a evasão seletiva entre os nativos sociais – e que são particularmente importantes para este artigo-, os dados sugerem que eles são, em grande parte, incapazes de compreender nuances ou

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57286155>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ambiguidades em textos online, localizar materiais confiáveis em buscas de internet ou em conteúdo de e-mails e redes sociais, avaliar a credibilidade de fontes de informação ou mesmo distinguir fatos de opiniões.

Mesmo no grupo de países mais desenvolvidos, mais da metade dos estudantes de 15 anos não demonstrou, em média, capacidade de fazer distinção entre fato e opinião. Segundo o estudo, apenas metade dos estudantes em países da OCDE disseram ser ensinados na escola para reconhecer se a informação que estão lendo é enviesada e 40% dos alunos foram incapazes de reconhecer os perigos de se clicar em links de *phishings*, por exemplo.

Com vistas aos enormes desafios desse cenário, é que propomos, neste artigo, discutir sobre a relação entre as redes sociais digitais e seu impacto na democracia, a fim de reforçar o papel de programas de educação midiática na cidadania contemporânea. Para tanto, propõe-se, como percurso teórico-metodológico, a organização desse *paper* em três eixos fundamentais. Em primeiro lugar, são consideradas as promessas de sociedades em rede mais democráticas; depois, aborda-se o cenário de pós-verdade, disseminação e proliferação de desinformação, que tomou conta das sociedades democráticas, especialmente em contexto sociocultural e comportamental de interação e diálogo com as mídias digitais. Para tanto, o artigo se ancora, sobretudo, em pesquisas e dados estatísticos recentes sobre acesso à internet e consumo de mídia e informações no Brasil – com especial destaque ao público jovem, adolescente e infantil. Por último, e ao modo de conclusão do artigo, tematiza-se o desdobramento deste cenário no espaço da sala de aula, problematizando a educação midiática, diante dessas novas práticas de consumo e de comportamento dos estudantes.

1) As promessas de sociedades em rede mais democráticas: uma outra perspectiva

Se lidamos na contemporaneidade com esse imperativo da necessidade de desenvolvimento de capital digital (BREDARIOLI, 2014) que permita a prática cidadã e

⁵ *Phishing* é o crime de enganar as pessoas para que compartilhem informações confidenciais como senhas e número de cartões de crédito. Como em uma verdadeira pescaria, há mais de uma maneira de fisgar uma vítima, mas uma tática de phishing é a mais comum. As vítimas recebem um e-mail ou uma mensagem de texto que imita uma pessoa ou organização em que confiam, como um colega de trabalho, um banco ou um órgão governamental. A mensagem exige que a vítima acesse um website e execute uma ação imediata ou assumam um risco por algum tipo de consequência.

a mobilidade em rede, há que se compreender também as complexidades que esses ditos processos de inserção nos trazem diante da lógica dessas redes e do capitalismo de vigilância sob o qual vivemos e ao qual estamos expostos.

Nas *big techs*, o grau de exploração da Superindústria do Imaginário chegou a um patamar de tapeações e ocultamentos tão requintado que nem os mais sovinas, sagazes e impiedosos barões da Revolução Industrial ousariam suportar. Numa rede social ou num grande site de busca, o “usuário”, que imagina usufruir de um serviço que lhe é ofertado em generosa cortesia, é a mão de obra (gratuita), a matéria prima (também gratuita) e, por fim, a mercadoria (que será vendida, no todo ou em partes, em esquitejamentos virtuais, e nem desconfia da gravidade disso). Nunca o capitalismo desenhou um modelo de negócios tão perverso, tão acumulador e tão desumano. (BUCCI, 2021, p. 412)

A crítica colocada por Bucci ao que podemos considerar como desdobramento daquilo que se pensava sobre questões como cibercultura ou sociedade em rede nos permite avaliar em perspectiva o que se propunha como fundamento para esses conceitos. Embora o discurso de democratização trazido pela ampliação do acesso às redes continue em voga no imaginário social, muito já se avançou na desconstrução dessa compreensão. Cazeloto, em 2009, destacava que:

Em 2002, Pierre Lévy lança *Cyberdémocratie: essai de philosophie politique*, condensando as crenças (e esperanças) de que a disseminação da internet representa um salto qualitativo para as práticas democráticas no mundo. “Uma outra comunicação é possível” e ela já estaria se realizando diante de nossos olhos, pela ubiquidade da rede mundial de computadores. (CAZELOTO, 2009, p. 32)

Nesse âmbito, continua o autor, o termo democracia parece apontar para duas classes de discursos distintas, as quais, geralmente, encontram-se misturadas na profusão de usos concretos e práticas sociais:

A primeira classe engloba práticas que tratam a democratização como “igualdade de acesso”. Pertencem a este nível os discursos que versam principalmente sobre a “inclusão digital”. É o discurso mais comum nos diversos níveis de governo e em muitas entidades da sociedade civil, que tomam por “democráticas” as iniciativas de acesso coletivo, subsídio ao custo dos equipamentos e infra-estrutura, capacitação de usuários, distribuição de *software* livre e outros temas afins. De maneira abrangente, podemos interpretar esses discursos e práticas como constituintes de uma forma de “democratização da Internet”, compreendendo a sua disseminação igualitária pelos diversos níveis socioeconômicos da sociedade. O segundo nível se refere às mudanças estruturais e conjunturais que a forma de governo democrática, nos padrões contemporâneos, sofre ou tende a sofrer com a disseminação da Internet. Esse nível tem como tema principal a

ciberdemocracia, tida por autores como Lévy (2002) como uma “evolução” do atual estágio democrático da maioria das nações, principalmente em seus aspectos formais, provocado pelas possibilidades da “inteligência coletiva”, impulsionada pelo advento da Internet. De maneira geral, podemos imaginar esse nível como o da “democratização *pela* Internet”. (CAZELOTO, 2009, p. 34)

A democratização da rede não pode ser reduzida sem ressalvas à simples universalização do acesso. Há, ainda segundo Cazeloto (2009), dois elementos que parecem convergir como pano de fundo à noção de democratização: a ideia de desenvolvimento e a distribuição de oportunidades, sob a senha da inclusão social – ou seja, a distribuição de oportunidades. O ideal ético democrático é convocado para equiparar inclusão digital e inclusão social. Porém, as oportunidades (sociais, econômicas, culturais) não são dadas exclusivamente pelo acesso à tecnologia, mas por uma complexa articulação de elementos, como o acesso às condições socioeconômicas e, principalmente, à educação – que, como apontaremos a seguir, talvez se mostre como caminho para a formação de cidadãos críticos e autônomos.

Nessa perspectiva, a ideia de democratização da internet, legitimada por um princípio ético de igualdade de oportunidades, mascara diferenças abissais nas condições prévias que influenciam largamente o uso concreto que se fará das máquinas e dos discursos gerados por elas e com elas. Está em jogo aqui uma forma de reificação: a máquina é vista como coisa, objeto neutro e puro potencial técnico, sem levar em conta o conjunto das relações sociais em que o computador e os dispositivos móveis se inserem e que, em grande medida, criam as possibilidades reais de uso, significação e apropriação, dentro daquilo que compreendemos a partir de Paulo Freire.

Mesmo um entusiasta da sociedade em rede como Manuel Castells não pode evitar se fazer algumas questões incômodas a esse respeito:

É realmente verdade que pessoas e países tornam-se excluídos por estarem desconectados de redes baseadas na Internet? Ou, ao contrário, é por estarem conectados que se tornam dependentes de economias e culturas, numa relação em que têm pouca chance de encontrar seu próprio caminho de bem-estar material e identidade cultural? Sob que condições, e para que objetivos, a inclusão/exclusão em/de redes baseadas na Internet se traduz em melhores oportunidades ou em maior desigualdade? E quais são os fatores subjacentes ao rito diferencial do acesso à Internet e à diversidade de seus usos? (CASTELLS, 2003, p. 203 apud CAZELOTO, 2009, p. 35)

Por mais que sejam pertinentes, esses questionamentos não incluíam ainda a perspectiva da vigilância, tão presente nas redes e, de forma geral, no nosso cotidiano.

Bauman (2013) considera que a fusão de formas sociais e a separação entre poder e política são duas características básicas da modernidade líquida que tem óbvia repercussão na questão da vigilância, mas vale mencionar duas outras conexões. Uma delas é a relação entre as novas mídias e os comportamentos fluidos. Enquanto alguns culpam as novas mídias pela fragmentação social, Bauman (2013) vê as coisas funcionando nas duas direções. Diz ele que, na modernidade líquida, o poder deve ser livre para flutuar, e barreiras, cercas, fronteiras e postos de controle são um transtorno a ser superado ou contornado. Densas e estreitas redes de vínculos sociais, especialmente com base no território, devem ser eliminadas. Para ele, é antes de tudo o caráter instável desses vínculos que permite o funcionamento dos poderes.

Aplicado à mídia social, isso é controverso, pois muitos ativistas veem um grande potencial de solidariedade social e organização política em tuítes e mensagens. Esse ponto é também explorado por Manuel Castells no livro *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet* (2012), no qual o catalão coloca em discussão as manifestações que surgiram nas redes, tomaram as ruas e de alguma maneira modificaram a sociedade. Os dois autores descrevem movimentos como o Occupy ou a Primavera Árabe, em 2011. Mas, o próprio Castells já colocava em perspectiva essa condição democrática das redes, ainda que ele a defenda como uma tecnologia da liberdade:

A internet é de fato uma tecnologia da liberdade – mas pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor. Nesse sentido geral, a sociedade não mudou muito. Mas nossas vidas não são determinadas por verdades transcendentais, e sim pelos modos concretos como vivemos, trabalhamos, prosperamos, sofremos e sonhamos (CASTELLS, 1999, p.203)

Para Bauman, essa é uma área a ser cuidadosamente observada, porque já está sob vigilância. “A mídia social depende, para sua existência, do monitoramento de usuários e da venda de seus dados para outros”. (BAUMAN, 2013, p. 14). Segundo ele, as possibilidades de resistência da mídia social são atraentes e, de alguma forma, fecundas, mas são limitadas, tanto pela falta de recursos para relacionamentos duradouros num mundo em liquefação quanto pelo fato de o poder de vigilância no interior da mídia social ser endêmico e significativo.

Shoshana Zuboff (2020) amplia a compreensão de Bauman sob a ótica do que chama de era do capitalismo de vigilância. Segundo ela, a convergência da liberdade e

conhecimento transforma capitalistas de vigilância em autointitulados senhores da sociedade.

Do seu lugar no alto da divisão de aprendizagem, um privilegiado sacerdócio de “sintonizadores” governa a colmeia conectada, cultivando-a como uma fonte de contínuo provimento de matéria-prima (...) Com a aplicação da indiferença radical, o conteúdo é julgado por seu volume, abrangência, curtidas e permanência, apesar do fato óbvio de seus significados profundamente diversos se originarem de situações humanas distintas. (ZUBOFF, 2020, p. 567)

Silveira (2021) referenda que não há exagero em nomear o capitalismo informacional como capitalismo de vigilância, considerando que as plataformas se alimentam de dados pessoais que são tratados e vendidos em amostras com a finalidade de interferir, organizar o consumo e as práticas de seus clientes. Em geral, os conteúdos desses espaços virtuais são produzidos ou desenvolvidos pelos seus próprios usuários que, ao mesmo tempo, entregam seus dados pessoais e seus metadados de navegação para os donos desses serviços. A vigilância torna mais eficiente o processo de separar uma pessoa das consequências de sua ação.

Gilles Deleuze (1992) introduziu a expressão “sociedade de controle”, na qual a vigilância cresce menos como uma árvore – relativamente rígida, num plano vertical, como um panóptico – e mais como ervas daninhas. Silveira extrai da perspectiva deleuziana a noção de modulação, expondo por meio desse conceito como se dá a modulação do olhar e dos afetos por meio das plataformas.

Poderíamos até lançar a hipótese de que as plataformas teriam pouca condição de interferir nos processos de formação da opinião. Nada mais equivocado. Aqui pretendo mostrar que a noção de modulação é mais adequada para tratar dos processos de formação de opinião nas plataformas de relacionamento online, especialmente nas chamadas redes sociais. (SILVEIRA, 2021, p. 37)

Por sua vez, há que se considerar que as redes sociais digitais - a grande promessa de democratização e qualidade de conhecimento, primordialmente promessa de interatividade cidadã - clamam por processos, mecanismos e meios de conectar-se com pessoas que têm acesso a uma quantidade sem precedentes de conteúdo on-line e convencê-las de que vale a pena prestar atenção às notícias ou a que supõem ser notícias.

Neste sentido, vale considerar, ainda, a indagação proposta por Boaventura de Sousa Santos, ao refletir sobre a complexidade, antecedentes e futuros possíveis das sociedades pós-pandêmicas:

Como as democracias estão cada vez mais vulneráveis às *fake news*, teremos de imaginar soluções democráticas assentes na democracia participativa ao nível dos bairros e das comunidades e na **educação cívica orientada para a solidariedade e a cooperação**, e não para o empreendedorismo e a competitividade a todo custo? (SANTOS, 2021, p. 27; grifos nossos)

Uma possível resposta para este desafio é a compreensão de que a educação cívica de que fala Boaventura de Sousa Santos implica a urgente disseminação de programas, processos e atividades de educação midiática, entendida aqui como o desenvolvimento de um conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos -dos impressos aos digitais - e como requisito fundamental para a formação do cidadão e para o fortalecimento da democracia.

2) O novo cenário de pós-verdade e proliferação de desinformação na sociedade em rede

Neste cenário de interferência das plataformas digitais nos processos de formação da opinião passamos a identificar com mais evidência a construção de pós-verdade. Pós-verdade é um caso típico de aplicação da teoria da “cognição preguiçosa”, criada pelo psicólogo e prêmio Nobel Daniel Kahneman, para quem as pessoas tendem a ignorar fatos, dados e eventos que obriguem o cérebro a um esforço adicional. O mundo contemporâneo está substituindo os fatos por indícios, percepções por convicções, distorções por vieses. A verossimilhança ganhou mais peso que a comprovação.

Muniz Sodré (2019, p. 88) destaca o fato de que o fenômeno da desinformação por meio do fato falso ou mentiroso – estudado e praticado por agências governamentais nos períodos de conflito militar – não representa propriamente uma novidade. Para ele,

Exacerba-se nos dias de hoje por sua incorporação no funcionamento social da rede eletrônica, cujos usuários, principalmente os mais jovens, são cada vez menos propensos a distinguir o discurso informativo do discurso “mercadológico”, permeado por um amplo e vago imaginário social. (...) Na internet, as redes ditas sociais liquefazem o pacto de credibilidade.

A pós-verdade, um termo já incorporado ao vocabulário da mídia mundial, é parte de um processo inédito provocado essencialmente pela avalanche de informações gerada pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). A repetição e a insistência passam a ocupar o espaço das evidências - diante das dificuldades crescentes para

materializar a verdade por conta da avalanche informativa, especialmente na política e na economia, criaram-se as pós-verdades, ou factoides (no jargão brasileiro).

Nesse contexto é que Sodré (2019) explica o enfraquecimento do pacto de credibilidade como inerente a uma sociedade civil robusta, mas que torna a vida social propícia à aceitação do “interessante”, do “inusitado” e da “novidade”, característicos de um imaginário midiático calcado sobretudo em imperativos mercadológicos, mas não só:

As atuais “fábricas de boatos” servem a interesses conscientes (os sabidos ganhos financeiros no âmbito das redes eletrônicas), mas também a afetos coletiva ou grupalmente represados. Mais do que o contrário de “notícias” (supostamente verdadeiras), as *fake news* equivalem, portanto, a boatos, fenômeno muito acima dos interesses de determinação do verdadeiro ou do falso. (SODRÉ, 2019, p. 99)

Ao discutir o fenômeno das *fake news* ou o uso de histórias sobre fatos inventados ou propositalmente alterados para fins políticos, Wilson da Silva Gomes e Tatiana Dourado (2019) ressaltam sua dimensão epistemológica:

Quando se fala de histórias falsas, distorcidas, exageradas ou com supressões, tem-se em mente duas ordens de coisa. De um lado, a ordem da linguagem, vez que se trata de uma narrativa, que, em si mesma, pode ser coerente e consistente ou o contrário disto. De outro, a ordem da narrativa factual, ou seja, um relato que se refere essencialmente a fatos, a eventos da ordem da realidade. Assim, quando se diz que uma história é falsa, significa que uma narrativa presumivelmente referida a eventos da ordem da realidade não dá conta dos fatos que diz relatar. Ou porque esses fatos não aconteceram ou, alternativamente, porque aconteceram diferentemente do que está sendo narrado. A verdade ou falsidade de uma história, portanto, está relacionada à possibilidade de que certas narrativas factuais expressem ou não os fatos reais a que se referem. (DA SILVA GOMES; DOURADO, 2019, p.35)

Em 2019, o Digital News Report analisou como os jovens consomem notícias. Naquele ano, o relatório já apontava, dentre as diferenças que marcam o consumo de notícias e comportamentos entre os mais jovens, “maior dependência das mídias digitais e sociais e uma identificação e lealdade mais fracas com as marcas de notícias em comparação com grupos mais velhos” (REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, 2022, online). Em 2022, O instituto voltou a investigar como os hábitos e atitudes de notícias dos jovens mudaram – considerando, dentre outros fatores, o crescimento de plataformas mais novas, como TikTok e Telegram. O levantamento foi feito por meio de pesquisas qualitativas conduzidas pela agência de pesquisa de mercado Craft com 72 jovens (de 18 a 30 anos) no Brasil, Reino Unido e Estados Unidos.

Como apontado anteriormente, o levantamento apontou decréscimo no índice de confiança e de consumo de notícias entre os mais jovens, indicando que muitas pessoas também optam cada vez mais por racionar ou limitar sua exposição às notícias – ou pelo menos a certos tipos de notícias –; comportamento a que os pesquisadores chamam de *evasão seletiva de notícias* (REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, 2022).

Os jovens, principalmente os nativos digitais (27%), também às vezes evitam as notícias porque as percebem como tendenciosas ou não confiáveis. Como os menores de 35 anos cresceram na era digital e foram socializados pelas gerações mais velhas para serem críticos das informações que consomem, nossa pesquisa qualitativa sugere que eles adotam uma abordagem particularmente cética em relação a todas as informações e muitas vezes questionam a 'agenda' dos fornecedores de notícias. Nesse sentido, as principais marcas de notícias não são inerentemente mais valorizadas pela imparcialidade por alguns jovens, e sua cautela com o preconceito às vezes os afasta de consumir notícias completamente. (REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, 2022, online)

Dois fatores, dentre vários citados no Relatório, ajudam a compreender essa tendência de evasão por parte do público mais jovem. O primeiro é uma definição mais ampla do que se entende por notícia: os jovens “costumam distinguir entre 'notícias' como a agenda estreita e tradicional da política e assuntos atuais e 'notícias' como um guarda-chuva muito mais amplo que abrange tópicos como esportes, entretenimento, fofocas de celebridades, cultura e ciência”. (REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, 2022, online).

O segundo fator diz respeito à dificuldade que muitos públicos mais jovens e grupos menos instruídos têm em entender o jornalismo como praticado atualmente. Em países como Austrália, Estados Unidos e Brasil, cerca de 15% dos jovens que evitam as notícias dizem achar as notícias difíceis de acompanhar. Kirsten Eddy levanta a hipótese de que isso pode estar relacionado à complexidade da linguagem ou ao conhecimento presumido frequentemente contido em reportagens. “As notícias são frequentemente acessadas pelos jovens de maneiras mais fragmentadas, o que significa que as pessoas às vezes perdem o contexto-chave que antes era cuidadosamente empacotado em narrativas lineares pela grande mídia” (EDDY, 2022, online).

O cenário que se desdobra a partir dos dois levantamentos acima abordados parece corroborar, por um lado, a ideia de contrafação informacional, discutida por Wilson

Gomes e Tatiana Dourado e que caracteriza o cenário de desinformação e aumento do consumo de *fake news* em tempos de intensa conectividade:

Quando se decide que as narrativas factuais de que estamos falando são “news”, ainda que forjadas, naturalmente, aposta-se no fato de que os criadores de narrativas falsas tentam uma dupla contrafação, seja inventando ou alterando os fatos a que referem as suas histórias, seja camulando a narrativa, na ordem da linguagem, segundo o estilo e a aparência das reportagens jornalísticas (DA SILVA GOMES e DOURADO, 2019, p. 36).

Ao discutir o papel da educação e do acesso livre à internet no cenário pós-pandêmico, Boaventura de Sousa Santos (2021, p. 319) afirma que a promessa utópica de democratização da comunicação e do conhecimento tem-se convertido numa perversa realidade distópica, que “só será evitada na medida em que as *fakes news* forem eficazmente reguladas, não pelos proprietários das redes, mas por conselhos de cidadãos constituídos para garantir a diversidade e a veracidade das informações”.

Por sua vez, o Relatório Global de Conectividade aponta que relação entre mídia e desenvolvimento infantil e juvenil deve ser concebida não como unidirecional, mas como multidirecional: “em outras palavras, devemos perguntar não apenas como o uso da mídia infantil influencia seu desenvolvimento, mas também como seu desenvolvimento influencia o uso da mídia” (ITU, 2022, online)⁶.

Ao analisar as crises, desafios e complexidades decorrentes da pandemia de COVID-19, Edgar Morin (2021, p. 35) atenta para a insuficiência do modo de conhecimento partitivo – ainda predominante nas sociedades e pedagogias contemporâneas:

Acresce que a concepção tecnoeconômica predominante privilegia o cálculo como modo de conhecimento das realidades humanas [...]. Assim, o que nos cega não é apenas a ignorância, mas também o conhecimento. [...] As insuficiências e carências de conhecimento e pensamento durante a crise confirmam que precisamos de um modo de conhecimento e pensamento capaz de responder aos desafios das complexidades e aos desafios das incertezas.

Neste cenário, é que se reitera a urgência de educação midiática que envolva não apenas a capacidade de obter e selecionar informações, aferindo sua qualidade e pertinência; de conhecer e compreender procedimentos técnicos de direcionamento da

⁶ No original: (...) *in other words, we should ask not only how children’s media use influences their development, but also how their development influences their media use.* (ITU, 2022, online)

informação por meio de algoritmos e *big data*, por exemplo. O que está em causa, sobretudo e em sentido freiriano, é a capacidade de ler o mundo.

3) Ao modo de considerações finais: o desdobramento deste cenário no espaço da sala de aula, diante das novas práticas de consumo midiático dos estudantes.

Se estivessem vivos hoje e fossem incluídos ciberculturais, Paulo Freire, Vygotsky, Freinet, Dewey e Anísio Teixeira saberiam tomar a Web 2.0 ou a internet social e suas redes sociais como aliados capazes de materializar a ação comunicacional da educação autêntica, presencial e *online*, feita de conectividade, autoria, compartilhamento, colaboração, dialogia e interatividade. (SILVA, 2017, p. 15)

A perspectiva de incorporação desses novos aparatos e ferramentas digitais no espaço da sala de aula ainda perpassa dificuldades como o fato de os estudantes terem acesso em seus dispositivos apenas a aplicativos como Facebook e Whatsapp. Mesmo assim, segundo Teles et al (2022), apesar de muito discutido e ainda não superado, se antes a interface entre Comunicação e Educação não estava presente em todos os espaços formativos – como parte dos currículos formais e nas práticas, por vezes pela própria incompreensão de como incluir e promover usos diversos das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e mídias na educação –, hoje o movimento é no mínimo interdito, pois questiona e provoca as instituições a reconsiderarem os percursos que conhecem.

Afinal, há que considerar, por exemplo, o fato de que o levantamento *Iceberg Digital*, feito pela Karspesky (2020), apontava que 62% dos brasileiros não sabiam reconhecer uma notícia falsa, 2% nunca ouviram falar do termo “fake News” e apenas 42% ocasionalmente questionavam o que liam na internet.

Em pesquisa que buscou explorar como as dinâmicas socioeconômicas e as capacidades locais influenciam o acesso à internet da população em municípios com até 20 mil habitantes, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (2022) detectou que as barreiras mais comuns para a falta de acesso referem-se às habilidades para o uso. Assim,

72% dos entrevistados da pesquisa relataram falta de habilidade com o computador, seguido de falta de interesse, como resposta de 63% dos pesquisados; falta de necessidade, em 56%; preocupações com segurança ou privacidade, em 46%; valor do serviço, para 43%; e para evitar contato com conteúdo perigoso, para 43%. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2022, p. 16)

Ainda conforme Teles at al (2022), sugere-se que as propostas desses percursos educacionais sejam pautadas em valores democráticos e de inclusão, como princípios basilares de diálogo com outros modos de fazer e promover a educação. Como docentes atuando na comunicação, precisam, conforme afirma Orozco Gómez (2014, p. 33) “[...] aprender a ser comunicadores. E isso é um desafio complexo, político, cultural e socioeconômico, mas que começa com a comunicação e a educação”.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z.; LYON, D. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BUCCI, E. **A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo o que é visível**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAZELOTO, E. Apontamentos sobre a noção de “democratização da internet”. In: TRIVINHO, E; CAZELOTO, E (orgs.). **A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era de imersão interativa**. São Paulo: ABCiber, Itaú Cultural, 2009.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Fronteiras da inclusão digital: dinâmicas sociais e políticas públicas de acesso à Internet em pequenos municípios brasileiros**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20220613162621/estudo_fronteiras_da_inclusao_digit_al_2022.pdf. Acessado em 05 jul 2022.
- DA SILVA GOMES, W.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, pág. 33-45, 2019.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.
- EDDY, K. A mudança de hábitos de notícias e atitudes do público mais jovem. In: REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report 2022**. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022>. Acessado em 06 jul 2022.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- ITU. **Global Connectivity Report 2022**. Genebra: ITU, 2022. Disponível em <https://www.itu.int/itu-d/reports/statistics/global-connectivity-report-2022/>. Acessado em 01 jul 2022.
- JENKINS. H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- KASPERSKY. **62% dos brasileiros não sabem reconhecer uma notícia falsa**. Disponível em: https://www.kaspersky.com.br/about/press-releases/2020_62-dos-brasileiros-nao-sabem-reconhecer-uma-noticia-falsa. Acessado em 03 jul de 2022.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MEIRELLES, F. S. **Pesquisa Anual do Uso de TI nas Empresas, FGVcia**. 33ª ed. São Paulo: Centro de TI Aplicada, 2022. Disponível em https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/fgvcia_pes_ti_2022_-_relatorio.pdf. Acessado em 06 jul. 2022.

MORIN, E. **É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

MOROZOV, E. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

OROZCO GÓMEZ, G. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report 2022**. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022>. Acessado em 06 jul 2022.

SANTOS, B. de S. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SILVA, M. Paulo Freire, Vygotsky, Freinet, Dewey e Anísio Teixeira usariam o *Whatsapp!*. In: PORTO, C.; OLIVEIRA, K. E.; CHAGAS, A. (orgs.) **Whatsapp e educação: entre mensagens, imagens e sons**. Salvador, Ilhéus: EDUFBA, EDITUS, 2017.

SILVEIRA, S.A. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: SOUZA, J; SILVEIRA, S.A.; AVELINO, R (orgs). **A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais**. São Paulo: Hedra, 2021.

SODRÉ, M. O facto falso: do factóide às fake news. In: SANTOS, J. F. S. (Org.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019; p. 87-100.

TELES, E.C.; CAMPANA, A.M.S.A.; COSTA, S. Tecnologias e dispositivos móveis no ensino remoto. **Comunicação & Educação**. Ano XXVII, n. 1. jan-jun/2022.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.